

JOÃO BERNARDO E O COMBATE À QUESTÃO AMBIENTAL

Mateus Alexandre Alves*

O movimento ecológico é um movimento social específico que emerge a partir da insatisfação do grupo dos ecologistas com a destruição ambiental, gerando senso de pertencimento, objetivos e mobilização. Este movimento é foco de diversas abordagens, desde enfatizando sua importância para a transformação social (CASTELLS, 2018), até afirmando-o como um movimento que visa conservar a sociedade capitalista.

O foco analítico do presente trabalho é uma dessas diversas abordagens — a concepção de João Bernardo. O objetivo de nosso artigo é realizar breves considerações

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás com Habilitação em Políticas Públicas. Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais (NEMOS) e do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social (NECCSO).

acerca de sua concepção. O alicerce de nossas reflexões será o materialismo histórico-dialético, bem como a teoria do capitalismo e dos movimentos sociais. Isto pode parecer algo inusitado, visto que João Bernardo também parece se fundamentar da mesma forma, sendo denominado por muitos como um marxista (PINTO, 2005). Todavia, buscaremos demonstrar inclusive as determinações formais geradas pela episteme burguesa sobre a concepção de movimento ecológico em Bernardo, que produziu algumas ambiguidades em seu pensamento.

João Bernardo e o Movimento Ecológico

João Bernardo é autor de diversas obras, abordando inúmeros temas, tais como o modo de produção capitalista, marxismo, lutas de classes, fascismo, entre outros. Analisaremos sua concepção presente na obra “O Inimigo Oculto: ensaio sobre a luta de classes: manifesto anti-ecológico” (1979)¹, bem como outras obras de sua autoria

¹ A escolha deste livro não foi por acaso. Acreditamos que este livro contém a concepção mais acabada de João Bernardo sobre o movimento ecológico. Suas produções posteriores reforçam as principais teses deste livro e, quando acharmos necessário, citaremos

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

quando necessário. Neste livro, Bernardo expõe sua concepção sobre as lutas de classes, modo de produção capitalista, história e, a partir disso, sua concepção de movimento ecológico. Bernardo afirma, nesta obra supracitada que “o movimento ecológico é, hoje, o inimigo oculto” (1979, p. 199). A pergunta que salta imediatamente à cabeça seria o que é um inimigo oculto? Por que o movimento ecológico seria um inimigo oculto? Para responder essas questões satisfatoriamente, retomaremos como João Bernardo enxerga as lutas de classes.

Para Bernardo, as lutas de classes não são, no capitalismo, reduzidas ao antagonismo fundamental entre burgueses e proletários. Esta tese presente no *Manifesto Comunista* estaria ultrapassada e, de acordo com Bernardo, deve ser atualizada, pois não corresponde com a realidade. A concepção de que as classes fundamentais no capitalismo

como nota de rodapé trechos de outras obras que demonstram isso. É necessário enfatizar, contudo, que nossas reflexões aqui colocadas se referem apenas à sua concepção de movimento ecológico, que é nosso foco analítico. Portanto, nossas conclusões não podem ser generalizadas para o conjunto das produções intelectuais de João Bernardo. Neste caso, é necessário realizar uma análise minuciosa de suas produções visando compreendê-las em sua totalidade.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[3]

são apenas a burguesia e o proletariado derivaria de uma visão reducionista do modo de produção capitalista, enxergando-o como um “somatório de empresas privadas, as quais nada relacionasse senão a convergência entre os interesses econômicos dos seus proprietários” (BERNARDO, 1979, p. 11).

As unidades de produção, no capitalismo, segundo Bernardo, se relacionam através também da tecnologia e não apenas em decorrência dos interesses comuns compartilhados pelos burgueses. A tecnologia, para ele, ganha grande importância, pois, através dela, os burgueses conseguem aumentar a produtividade. A luta pelo aumento da produtividade é o “mecanismo fundamental da concorrência capitalista” (BERNARDO, 1979, p. 21). O capitalismo é, para Bernardo, um modo de produção que produz mercadorias sistematicamente, extraindo neste processo um mais-valor. A tecnologia garante o aumento da produção de mercadorias, isto é, diminui o tempo médio de trabalho necessário para sua produção. Aí reside a concorrência entre os capitalistas que, por sua vez, fornece uma relação tecnológica entre as unidades de produção.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[4]

O aumento da produtividade numa dada empresa pressupõe o conhecimento dos processos de fabrico nas restantes, quer produzam bens semelhantes, quer produtos complementares, exigindo-se para isso uma relação tecnológica entre as unidades de produção. É a partir de uma base comum de inter-relação tecnológica que as empresas vão entrar em concorrência pelo crescimento da produtividade. Esta estreita integração tecnológica faz com que o conjunto das empresas no capitalismo seja bastante mais do que a mera soma das unidades. Estabelecem relações recíprocas, já que são obrigadas a ter em conta os melhoramentos técnicos que levam à diminuição do tempo de trabalho incorporado nos produtos fabricados nas outras empresas, para poderem diminuir mais ainda o tempo de trabalho incorporado nos produtos que elas mesmas fabricam (BERNARDO, 1979, p. 21).

O aumento da produtividade através da tecnologia determina uma dupla imposição sobre os trabalhadores: por um lado, iguala os trabalhadores no processo de produção; e por outro, garante o completo afastamento deles da gestão do processo de produção. Assim, além dos burgueses e dos proletários, existe uma outra classe fundamental no capitalismo responsável pela *integração tecnológica* entre as unidades de produção, possuindo funções

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[5]

organizacionais e, por isso, Bernardo a chama de *gestores*². Por conseguinte, as lutas de classes seriam fundamentalmente constituídas pelos burgueses, gestores e proletários em três “frontes” diferentes. Para Bernardo, apesar dos gestores serem também uma classe exploradora junto com a burguesia, eles não se aliam sempre para reprimir o proletariado. Isto depende da dinâmica das lutas de classes e

raros têm sido os casos em que esta tripla oposição de classes se realinha consoante o antagonismo fundamental entre exploradores e explorados. Geralmente os gestores têm se apresentado juntos com o proletariado contra a burguesia, de forma que, quando esta é derrotada, o proletariado vê-se, não como vencedor indisputado da batalha que diretamente travou, mas como

² Em outra obra: “O sistema de integração hierarquizada dos processos produtivos, com a superestrutura política que lhe corresponde, pressupõe que no interior do grupo social dos capitalistas se distinga a particularização e a integração. De cada um destes aspectos fundamentais decorre uma classe capitalista: a classe burguesa e a classe dos gestores. Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores” (BERNARDO, 2009, p. 218).

alvo do ataque de novo inimigo, subitamente surgido do seu próprio campo (BERNARDO, 1979, p. 59).

Como percebemos, os gestores podem se apresentar como aliados do proletariado no combate à burguesia. No entanto, assim que saem vitoriosos neste combate, os gestores se colocam como os inimigos principais do proletariado. Aí está o que seria “inimigo oculto” para Bernardo: a inserção de interesses alheios ao do proletariado no próprio movimento operário, sem a percepção deste último. Esta união dos gestores com outras classes é possibilitada por interesses comuns momentâneos. Bernardo afirma que a consequência de enxergar as lutas de classes apenas como a luta entre burgueses e proletários é que “os novos inimigos permanecem sempre ocultos, e só os lapsos de uns e as ações inesperadas dos outros explicariam o curso imprevisível dos acontecimentos, como nas peças de *vaudeville*” (BERNARDO, 1979, p. 61). Portanto, o marxismo deveria ser atualizado através da inserção dos gestores como classe fundamental, pois a luta dos proletários havia demonstrado a existência do

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[7]

antagonismo entre gestores e proletário³.

³ Em outra obra, Bernardo explica que o movimento operário tende a perceber os gestores como classe antagônica: “Enquanto se dispersaram por campos e instituições várias e foram por isso incapazes de um comportamento unificado, os gestores puderam confundir-se com os trabalhadores numa comum oposição à burguesia. Esta ambiguidade teve efeitos decisivos nos conflitos sociais. Foi ela que permitiu que grandes movimentos da classe dos trabalhadores, inicialmente dirigidos para a destruição do modo de produção capitalista, acabassem afinal reconvertendo-o em formas novas, acelerando assim o seu desenvolvimento e consolidando-o. Esta desesperante e para muitos inesperada evolução dos conflitos tem sido interpretada por vários teóricos como resultado de um processo interno de degenerescência. Não me parece que tenham razão. Trata-se antes de uma divergência, porque nesses confrontos se articulavam de um mesmo lado classes fundamentalmente antagônicas; e foi um processo interno, não aos trabalhadores como classe, mas a essas lutas complexas de que eles eram exclusivamente um fator. As contradições sociais desenvolvem os mecanismos da mais-valia relativa, que consolidam a classe dos gestores. Por isso estes têm podido infletir e canalizar as lutas que os reforçam e assim, ao mesmo tempo que prevalecem sobre a burguesia, de cada vez voltam a triunfar sobre os trabalhadores. Porém este mesmo processo leva, a prazo, à atenuação e à eventual liquidação de tal ambiguidade. Quanto mais os conflitos sociais se amplificam, quanto mais se aceleram os mecanismos da mais-valia relativa, quanto mais estreitamente a economia se integra, tanto mais a burguesia declina e os gestores se unificam e reforçam, até aparecerem claramente como os representantes do capital associado e coletivo, isto é, como capitalistas globais. É daí em diante que se vai desvanecendo a ambiguidade entre a classe dos trabalhadores e a dos gestores. A etapa-chave nesta evolução situou-se entre as duas grandes guerras mundiais. Foi a partir de então que, na luta contra o capital, a força de trabalho começou progressivamente a deixar de enfrentar a burguesia para confrontar-se com os gestores” (BERNARDO, 2009, p. 375).

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[8]

Como mencionamos anteriormente, o movimento ecológico é, para Bernardo, um inimigo oculto, isto é, o movimento ecológico seria a tentativa de satisfazer interesses alheios ao do proletariado, escamoteando-os no interior do movimento operário. No entanto, o movimento ecológico seria um inimigo oculto que surge em determinado momento histórico, sendo um inimigo oculto específico. Qual é, então, a especificidade desse inimigo oculto para Bernardo? A primeira especificidade é que seu surgimento ocorreu em uma crise do capitalismo, onde o ápice da mesma foi a chamada “crise do petróleo” em 1974. Esta crise se deu em decorrência da queda da “taxa de produtividade”, pois os investimentos e as inovações tecnológicas foram concentradas no fabrico de bens de consumo particular e não nas “condições gerais de produção” em um período do capitalismo que Bernardo chama de “sistema de expansão do consumo particular”.

Este setor [fabricação de bens de consumo particular – MA] tornou-se o principal beneficiário de todas as inovações tecnológicas das últimas décadas, quer originando-as diretamente, quer absorvendo as que surgiram noutros campos. Se acrescentar-

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[9]

mos a série de importantes inovações introduzidas na produção agrícola, em grande parte incidindo sobre bens de consumo particular, verificamos que o progresso tecnológico nos países industrializados da esfera de influência norte-americana foi, desde o post-guerra, regido pelas necessidades do setor produtor de bens de consumo particular. A melhoria dos sistemas de fabrico nesse setor permitiu-lhe manter por bastante tempo uma elevada taxa de crescimento da produtividade. A certa altura, no entanto, este processo esgotou-se. Enquanto as condições gerais de produção ofereciam potencialidades ainda não exploradas as empresas podiam limitar-se a inovações restritas a cada um dos processos particulares de fabrico. Porém, a taxa de produtividade começou a diminuir a partir do momento em que as virtualidades das condições gerais de produção existentes começaram a não ser suscetíveis de novas formas de adaptação por parte das empresas particulares. Para que pudesse manter-se no setor que produz bens de consumo particular um elevado ritmo de inovações e, portanto, um forte aumento da produtividade, teria sido necessário que uma parte muito mais considerável dos lucros capitalistas fosse canalizada para investimentos e inovações nas condições gerais de produção (BERNARDO, 1979, p. 126).

Segundo Bernardo, a consequência da crise neste período “é o declínio da taxa do aumento da capacidade real

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[10]

do consumo particular” (BERNARDO, 1979, p. 145) que colocaria em xeque esta fase do capitalismo que se baseia exatamente na expansão do consumo particular. Bernardo, no intuito de descobrir as principais soluções apresentadas para a crise do capitalismo deste período, analisa a classe dos gestores.

Em sua análise, Bernardo descobre que os principais articuladores da solução desta crise são os gestores com cargos em grandes instituições econômicas, bem como gestores que estão nas universidades. Esses gestores propõem “a remodelação das condições gerais de produção, sublinhando a necessidade de aí concentrar os investimentos de capital e as inovações tecnológicas” (BERNARDO, 1979, p. 153). Essa corrente foi sendo sistematizada e difundida ficando conhecida como “ecologia” que, por sua vez, seria “um projeto global e ideologicamente articulado de remodelação das condições gerais de produção e de reestruturação interna do capitalismo em novos mecanismos de funcionamento econômico e social” (BERNARDO, 1979, p.153). E a convergência das correntes ecológicas em um movimento

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[11]

político e ideológico seria o próprio movimento ecológico, que se consolida no ano de 1972 com os relatórios do Clube de Roma.

Desta forma, o movimento ecológico como um inimigo que busca se escamotear no próprio movimento operário para satisfazer seus interesses particulares, justifica e legitima seus interesses através do discurso. O movimento ecológico é, portanto, criticado por Bernardo tanto no plano do discurso - revelando sua falsidade -, quanto no nível de seus interesses (supostamente) reais. Do ponto de vista do discurso, o movimento ecológico “apresenta-se como uma defesa do restabelecimento do equilíbrio entre as sociedades humanas e o mundo natural, que teria sido rompido pelo desenvolvimento industrial” (BERNARDO, 1979, p. 155). Bernardo, no entanto, aponta que não existiria um “equilíbrio natural”. Na verdade, para ele, a forma que a natureza se apresenta hoje é resultado de um longo processo histórico de relação com o ser humano - as plantas, florestas, alimentos, rios etc., foram amplamente modificados pelo ser humano e sem os mesmos a natureza se apresentaria completamente diferente do que é hoje.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[12]

Assim, as sociedades sempre atingiriam, em seu contato com a natureza, uma nova forma de equilíbrio, dado que “as capacidades humanas de destruição de um equilíbrio são, simultaneamente, capacidades de reposição de um novo equilíbrio” (BERNARDO, 1979, p. 163). Por isso, o principal “mito” no interior do movimento ecológico seria a do “esgotamento da natureza”⁴.

⁴ No livro *Labirintos do Fascismo*, publicado pela primeira vez em 2003, Bernardo chega a afirmar que a própria concepção de natureza considerada em si seria um mito, pois ela apenas existiria como um objeto da ação humana: “Não existe natureza senão como objeto da ação humana. Por isso a natureza, considerada em si, é um mito. Se eu pretendesse definir a natureza natural, usaria termos equivalentes aos da coisa em si kantiana, ou seja, daquilo que se mantém exterior à ação humana e portanto é incognoscível, porque o homem só pensa e conhece a sua própria atuação” (BERNARDO, 2018, p. 1380). Essa reflexão de Bernardo é interessante, pois nos faz pensar sobre a natureza não modificada pelo ser humano. No entanto, discordamos de Bernardo, pois, apesar da natureza apenas poder ser apreendida de acordo com a relação do ser humano com ela, podemos abstrair características fundamentais dela a partir dessa relação. E a relação entre ser humano e natureza atualmente é, no capitalismo, marcada também por um grande desenvolvimento das forças produtivas, o que é uma pré-condição que tornaria possível uma apreensão adequada da mesma. O que devemos ter em mente é que a natureza é uma totalidade, que possui uma essência e dinâmica, que independem da existência do ser humano, e quando este último se relaciona com a primeira, torna-se possível aprendê-la a partir dessa relação, sem perder de vista que a natureza é uma totalidade mais ampla. Mas, é necessário também dizer que o ser humano só consegue apreender

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[13]

O objetivo da corrente ecológica consiste em descobrir uma maneira de ultrapassar a crise da produtividade, mantendo-se, porém, no quadro das relações sociais básicas que definem o capitalismo. Por isso não coloca os verdadeiros problemas de fundo e absolutiza a crise da produtividade, pretendendo encontrar-lhe a origem nas relações entre a totalidade do sistema econômico e a natureza. A ecologia veio dar assim nova vida ao mito do “esgotamento da natureza” (BERNARDO, 1979, p. 167).

Contra o “mito” do “esgotamento da natureza”, Bernardo afirma que a natureza não é finita, pois ao mesmo tempo em que os seres humanos retiram matérias da natureza, ocorre, simultaneamente, a produção de novos elementos. O próprio capitalismo, com a tecnologia disponível, conseguiria, por exemplo, substituir matérias-primas em esgotamento por outras fabricadas

qualquer outro fenômeno a partir de sua relação com ele e, por isso, Marx afirmou que a humanidade apenas coloca problemas dos quais consegue resolver, pois é a partir de sua relação com outros fenômenos que estes problemas são levantados. Isto é, apenas quando o ser humano se relaciona com outro fenômeno é que torna-se possível apreendê-lo, compreendê-lo. A especificidade da natureza, neste caso, é ser uma totalidade mais ampla do que os fenômenos sociais, por exemplo, mas, uma vez compreendido isso, podemos tomar algumas precauções metodológicas que nos auxiliarão a não cair em equívocos graves.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[14]

artificialmente. E aqui reside o argumento principal que revela a falsidade do discurso ecológico:

É preciso deixar definitivamente claro que a relação do homem com os restantes elementos naturais não é uma relação de “exploração”. As sociedades não se têm limitado a “tirar” elementos da natureza, mas, no processo de relação homem-natureza, “põem” igualmente nessa natureza numerosos elementos. *Contrariamente ao que escrevem os doutrinários da ecologia, o mundo não é finito. Sê-lo-ia se seus elementos não entrassem em relação recíproca* (BERNARDO, 1979, 169, grifos nossos).

Se o mundo não é finito, e sempre há um “reequilíbrio” da natureza a partir de sua relação com o ser humano, o movimento ecológico perderia sua razão de ser. Isso já bastaria para revelar sua falsidade. Porém, este falso discurso visaria apenas ocultar seus interesses reais. Para Bernardo, o movimento ecológico tem como verdadeiro interesse “atenuar” a crise do capitalismo através da “forte redução e, depois, estagnação do consumo particular” (BERNARDO, 1979, p. 172)⁵. A redução do consumo

⁵ Em um artigo mais recente (2011), Bernardo defende o mesmo: “A disseminação da ideologia ecológica, propagandeada de maneira maciça por todos os meios de informação, corresponde a uma

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

particular e, posteriormente, sua estagnação corresponderia com as novas necessidades econômicas do capitalismo, visto que os capitalistas não conseguiriam combater a queda da “taxa de produtividade” simultaneamente mantendo o aumento da taxa do consumo particular.

Os ecológicos são utópicos nas suas profecias, mas profundamente realistas nas propostas práticas imediatas, que partem do atual declínio das taxas de produtividade e do lucro: reorganização dos investimentos, orientados para a renovação das condições gerais de produção; travagem do progresso técnico aplicado aos bens de consumo e, para preparar uma baixa de salários de longa duração, insistência na criação de hábitos frugais, ou seja, diminuição das condições de vida socialmente admitidas como médias. Estas são as duas facetas indissolúveis das ideologias ecológicas: expansão da produtividade nas condições gerais de produção e restrições ao consumo (BERNARDO, 1979, p. 176).

fortíssima e permanente pressão para a redução do consumo particular. Onde antes os trabalhadores consideravam a melhoria do seu nível material de vida como uma prova do sucesso das suas reivindicações políticas e sociais, agora os ecológicos pretendem culpabilizá-los por essas conquistas e convencê-los de que por comerem mais, vestirem melhor, gastarem mais sabão e viverem mais desafogadamente põem em risco o planeta. A abundância passou a ser considerada como negativa e propõe-se o ascetismo de massas como a meta a atingir” (BERNARDO, 2011).

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[16]

Com a redução e estagnação do consumo particular, seria possível concentrar os investimentos de capital e inovações tecnológicas nas “condições gerais de produção”, o que seria o suficiente para combater a crise do capitalismo e “remodelá-lo”⁶. O declínio da taxa de produtividade gerou o declínio da taxa de consumo particular, resultando em lutas sociais, uma vez que, para Bernardo, a capacidade de consumo particular garantiria certa estabilidade ao capitalismo. O movimento ecológico, com suas ideias, atenuaria as lutas de classes através da absolutização da “crise da produtividade” e da aceitação de baixas condições de vida geradas por esta crise. Por isso, o

⁶ Em um artigo de 1985, Bernardo afirma que “a ecologia é, nos países industrializados, a ideologia capitalista da atual crise e a sua correspondente nos países menos industrializados é o fundamentalismo religioso. Ambos propõem um vasto programa de desvalorização da força de trabalho, assente no retrocesso tecnológico geral e na liquidação maciça de numerosas técnicas particulares. Projetam simultaneamente drásticas reduções do consumo e uma reforma dos padrões de vida que levem a fortes economias na reconstituição da força de trabalho. Assim, ao mesmo tempo que o proletariado assalariado se desqualificaria nas capacidades técnicas, veria reduzida a sua margem de consumo, desvalorizando-se duplamente” (BERNARDO, 1985, p. 97).

movimento ecológico seria o principal inimigo do movimento operário.

Será as relações do movimento ecológico com o numeroso setor dos trabalhadores desempregados que residirão os perigos mais consideráveis para o desenvolvimento autônomo e revolucionário do movimento operário contemporâneo. Se a corrente ecológica vier a confirmar-se como o principal campo atual de unificação das classes, a sua cisão será então a condição necessária para o prosseguimento do movimento operário. O movimento ecológico é, hoje, o inimigo oculto (BERNARDO, 1979, p. 195)⁷.

⁷ Em um artigo mais recente (2012), Bernardo não apenas concorda com essas teses, como também afirma que isto se agravou: “Num livro publicado há quase trinta e cinco anos eu chamei ao movimento ecológico *inimigo oculto*, pela sua capacidade de adoptar a linguagem e as maneiras da esquerda para prosseguir um programa de direita. O problema agravou-se ao longo do tempo e, pela difusão capilar que conseguiu e pelo travesti com que se apresenta, o movimento ecológico constitui hoje um dos mais sérios obstáculos nas lutas sociais” (BERNARDO, 2012). E em 2013, reforçou mais uma vez essa tese: “A ecologia despertou-me a atenção pouco depois do 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos, e gradualmente fui-me dando conta de que a sua audiência crescente em Portugal era uma das manifestações da derrota sofrida pela classe trabalhadora na segunda metade de 1975. Isto levou-me a colocar a hipótese de que também nos outros países o interesse manifestado pela ecologia resultasse do refluxo das lutas sociais, e nesta perspectiva comecei a analisar a questão” (BERNARDO, 2013).

Esta é, sinteticamente, a concepção de movimento ecológico em João Bernardo, que é derivada de como este pensador enxerga as lutas de classes, o modo de produção capitalista e a natureza. No entanto, apesar de algumas críticas acertadas ao Clube de Roma e ao seu “catastrofismo”, acreditamos que sua concepção de movimento ecológico seja equivocada e ambígua e, por isso, teceremos algumas críticas a ela.

João Bernardo, Lutas de Classes e os Limites do Reprodutivismo

O movimento ecológico é um fenômeno concreto que se manifesta sob diversas formas (organizações, tendências, produções intelectuais etc.), no entanto, as formas manifestadas do mesmo não mudam a sua essência. É necessário que não se confunda as diversas manifestações deste fenômeno com a sua totalidade. Em grande parte das pesquisas que abordam o movimento ecológico existe uma generalização de uma parte que o constitui para sua totalidade, seja focando no discurso (CASTELLS, 2018; VIOLA, 1987), seja focando em uma tendência política específica (TRAGTENBERG, 2002; OURIQUES, 2004; Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[19]

BERNARDO, 1979), bem como são inundadas de deficiências teórica-metodológicas (LÖWY, 2014; FOSTER, 2005).

A concepção de Bernardo acerca do movimento ecológico é derivada de sua visão abstratificada das lutas de classes, do meio ambiente, do modo de produção capitalista, bem como da recusa da historicidade. João Bernardo enxerga a realidade de forma limitada e, em decorrência disso, acaba concebendo o movimento ecológico como tão somente reformista, pois este visaria reformar a sociedade capitalista no intuito de perpetuá-la. E, a partir da concepção de que a natureza não possui limites, visto que sempre há um “reequilíbrio” da mesma em contato com o ser humano, ele constata a falsidade que é a defesa do meio ambiente. E acaba identificando no movimento ecológico uma correspondência com as “novas necessidades econômicas” advindas da crise do capitalismo, fundamentado na não percepção das múltiplas determinações desta crise. O que, então, determinaria realmente a relação do ser humano com a natureza?

De acordo com Marx, o ser humano, para produzir e

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[20]

reproduzir seus meios de vida, necessita se relacionar com outros seres humanos e com a natureza (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 1962). Da natureza, os seres humanos retiram tudo que é necessário para sua sobrevivência, pois a “natureza é fonte dos valores de uso [...] tanto quanto é o trabalho” (MARX, 2012, p. 23). A forma como se dá essa relação entre ser humano e natureza é determinada pelo modo que os seres humanos se associam para a produção, isto é, pelo modo de produção.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm que reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos (MARX; ENGELS, 1991, p. 28).

Em cada sociedade existe uma forma de relação específica com a natureza. Portanto, para compreender como o ser humano da sociedade capitalista se relaciona com o meio ambiente, é necessário entender a dinâmica dessa sociedade. Aí está a determinação fundamental desta

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[21]

relação e não um pressuposto, não baseado na realidade, de “equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio”. O que percebemos é que a concepção de Bernardo esquece a história, pois — apesar do ser humano sempre precisar extrair matérias-primas da natureza — em cada sociedade existe uma forma específica de relação do ser humano e natureza. E, ao não enxergar a historicidade desta relação, pelo contrário, ele generaliza um modelo de relação (“equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio”) para todas as sociedades.

Na sociedade capitalista, a extração de matérias-primas para a produção não é decidida levando em consideração as necessidades humanas, mas, na verdade, as necessidades da acumulação de capital é que são satisfeitas através da direção e exploração do trabalho. O modo de produção capitalista é caracterizado fundamentalmente pela extração de mais-valor produzido pelos proletários (MARX, 1988) e isto é realizado através do controle do trabalho do trabalhador (MARX, 1962). Essa extração gera uma acumulação de capital, pois “o capitalista reinveste a maior parte do que lucra, contratando mais trabalhadores,

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[22]

mais máquinas etc., aumentando a produção e, por conseguinte, o lucro, e assim, reinveste novamente, num processo ininterrupto”, e por isso, “o modo de produção capitalista vive da acumulação de capital e esta é o que fornece a dinâmica deste modo de produção” (VIANA, 2018b, p. 29).

A dinâmica do modo de produção capitalista é dada pela acumulação de capital e pela sua reprodução ampliada, o que significa a exploração cada vez maior dos proletários, produção cada vez maior de mercadorias e um aumento contínuo da extração de matérias-primas da natureza — a destruição de novas florestas, de novos solos, da separação entre cidade e o campo, da necessidade destrutiva de matérias-primas é algo essencial do capitalismo e não algo fortuito ou esporádico. No entanto, Bernardo afirma que a relação do ser humano com a natureza não é de “exploração”, uma vez que ao mesmo tempo que o ser humano extrai elementos da natureza, acaba produzindo novos elementos que repõem o que foi retirado.

Contudo, o ser humano transforma o que foi retirado da natureza em novos produtos que se diferenciam do que

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[23]

foi extraído e, quando essa relação ser humano-natureza se caracteriza como degradante e expansionista, como no caso do capitalismo, há consequências que tornam-se obstáculos para a continuidade da vida humana e dos demais seres vivos, pois estes necessitam de recursos naturais específicos para sua sobrevivência, que podem se degradar se levado em consideração a dinâmica do modo de produção capitalista⁸. Bernardo, por sua vez, não consegue perceber isso, porque não compreende totalmente a dinâmica do modo de produção capitalista, se iludindo com as técnicas e tecnologia do mesmo, bem como concebe a natureza

⁸ É necessário deixar claro, no entanto, que concordamos com Bernardo quando ele afirma que a relação entre o ser humano e a natureza não pode ser chamada de “exploração”, uma vez que a exploração é uma relação social. Autores como Foster, Saito, Löwy e diversos outros representantes do ecossocialismo afirmam que além de ser possível existir a exploração da natureza, há também a alienação da natureza. Essa afirmação se sustenta tendo como base uma interpretação equivocada de Marx e na não compreensão que a alienação é uma relação social. O máximo que poderíamos extrair do termo “alienação da natureza” é a própria alienação dos seres humanos que fazem parte dela, mas não é ela em sua totalidade. Assim, para também não nos equivocarmos, acreditamos ser melhor utilizar o termo “relação degradante” do ser humano com a natureza (ou degradação ambiental ou da natureza) que, no fundo, também significa a degradação do próprio ser humano, pois este faz parte dela e depende dela para sobreviver.

como infinita, dado que além de se iludir com o desenvolvimento tecnológico capitalista, acredita na reprodução da natureza em seu contato com os seres humanos através do modelo “equilíbrio - desequilíbrio - reequilíbrio”.

Até o desenvolvimento tecnológico — que Bernardo afirma ser suficiente para repor os recursos em esgotamento — é subordinado também à dinâmica da acumulação capitalista, isto é, as inovações tecnológicas são almejadas e estimuladas visando aumentar os lucros e, no máximo, conseguem apenas desacelerar a degradação ambiental quando necessário, mas nunca a abolir.

Quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é a produção e o consumo (logo, maior será o lixo também). A produção só é possível utilizando matérias-primas (mesmo as produzidas artificialmente, pois estas também são feitas de materiais e não de ideias e por isso, mesmo que em menor escala, também ela precisa extrair elementos da natureza) e máquinas (que também são produzidas e necessitam, para isso, de outras matérias-primas) (VIANA, 2016b, p. 185).

A questão ambiental torna-se, então, na sociedade capitalista, uma das diversas questões colocadas frente ao

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[25]

ser humano, exatamente porque ele deve se relacionar com a natureza para sobreviver e se reproduzir como espécie, à medida que ela é sua própria extensão, o seu “corpo inorgânico” (MARX, 1962). Porquanto, o que ocorre concretamente na sociedade capitalista é uma relação com a natureza mediada pelo trabalho alienado que ao mesmo tempo que “afasta o objetivo da produção do homem, também afasta sua vida como espécie, sua objetividade real como ente-espécie [...], na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele” (MARX, 1962, p. 101).

O esgotamento dos recursos naturais que são necessários e essenciais para a manutenção da vida humana é, por conseguinte, algo possível se levado em consideração a dinâmica do modo de produção capitalista. O problema fundamental que deve ser explicado quando trata-se do modo de produção capitalista e a natureza é que a degradação ambiental ocorre em decorrência do controle e direção sobre a atividade vital dos seres humanos, de forma que sua relação com a natureza aparece de forma invertida, como se os seres humanos não fossem parte da natureza.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[26]

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. Na relação de escravidão ou de servo não ocorre essa separação; ao contrário, uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição inorgânica e natural de sua própria reprodução. O escravo não está em qualquer relação com as condições objetivas do seu trabalho; mas o próprio trabalho, seja na forma do escravo, seja na do servo, é arrolado entre os demais seres naturais como condição inorgânica da produção, ao lado do gado ou como apêndice da terra. Em outras palavras: as condições originais da produção aparecem como pressupostos naturais, condições naturais de existência do produtor, exatamente como o seu corpo vivo aparece como o pressuposto de si mesmo, uma vez que, por mais que ele o reproduza e desenvolva, não é posto por ele mesmo; sua própria existência (corporal) é um pressuposto natural que ele não pôs (MARX apud FOLADORI, 2001, p. 107).

Sendo assim, é necessário transformar radicalmente as relações de produção para alterar igualmente a forma de relação entre o ser humano e o meio ambiente. João

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[27]

Bernardo, ao não perceber totalmente a relação do ser humano com a natureza, generaliza as concepções e ações de organizações burocráticas⁹ — Clube de Roma, por exemplo — para o movimento ecológico, uma vez que ele analisa apenas o discurso e interesses destas organizações (e já que ele trata a questão ambiental como uma questão ilusória, então não vai além do ilusório e do hegemônico), não percebendo a historicidade da relação entre ser humano e natureza, bem como a real degradação ambiental proporcionada pelo modo de produção capitalista fundamentada no trabalho alienado. Assim, não percebe também que a única (e real) possibilidade de resolução para esta questão é revolucionária, uma vez que ela é a “resolução definitiva do antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante” (MARX, 1962, p. 123).

⁹ Mostraremos mais adiante que organizações burocráticas não podem fazer parte do movimento ecológico, uma vez que os objetivos destas organizações são alheios ao interesse da defesa do meio ambiente. Estas organizações possuem como interesse fundamental reproduzir-se e ampliar-se, enquanto o movimento ecológico tem como principal objetivo a defesa do meio ambiente.

Para além de uma visão limitada da natureza e da relação do ser humano com ela, Bernardo também possui uma visão abstratificada da crise no capitalismo daquele período, não percebendo a totalidade da mesma, que não reside apenas numa queda da “taxa de produtividade” que culmina em uma queda da “taxa do consumo particular”, mas no conjunto do regime de acumulação. Essa visão parcial da crise no capitalismo daquele período é uma das determinações para a concepção de Bernardo sobre o movimento ecológico. O capitalismo, como sabemos, se caracteriza essencialmente pela extração de mais-valor pela burguesia sobre o proletariado no processo de produção, gerando uma acumulação de capital que fornece, por conseguinte, a dinâmica deste modo de produção. Para assegurar a acumulação de capital são necessárias condições específicas para tal, o que significa a repressão do proletariado e a estabilidade relativa das lutas de classes. Pode-se chamar essa “estabilidade relativa das lutas de classes” de *regime de acumulação*, que “se expressa em determinada forma de organização do trabalho, determinada forma de organização estatal e determinada

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[29]

forma de relações internacionais” (VIANA, 2009, p. 38).

A acumulação de capital também gera a queda da taxa de lucro médio (MARX, 1988) e a resistência proletária ante a exploração (VIANA, 2019). Estas duas tendências se reforçam mutuamente, o que pode gerar uma crise no regime de acumulação, radicalizando as lutas de classes. Se o proletariado sair vitorioso desta crise, ocorre uma revolução; se a burguesia sair vitoriosa, há a instauração de um novo regime de acumulação, uma mudança no interior de uma permanência (VIANA, 2009). A história do capitalismo é, portanto, a sucessão de regimes de acumulação. João Bernardo quando trata da crise do capitalismo no período de 1974, estava, na verdade, abordando a crise do regime de acumulação conjugado, no qual

o fordismo buscava ampliar a extração de mais-valor relativo no bloco imperialista e extração de mais-valor absoluto no bloco subordinado, que foi complementado pelo estado integracionista (welfare state) e pela expansão oligopolista transnacional (VIANA, 2009, p. 33).

O regime de acumulação conjugado entra em crise em decorrência do declínio da taxa de lucro médio (HARVEY

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[30]

apud VIANA, 2019) em conjunto com as lutas sociais (VIANA, 2019). A solução desta crise seria

aumentar a taxa de exploração e isso significava substituir o fordismo por uma nova forma de valorização, bem como seria necessário adequar o aparato estatal a esta nova situação e colaborar com esse processo, tanto no âmbito das políticas econômicas de assistência social, quanto na corrosão de direitos trabalhistas. Essa necessidade se complementava com a busca de aumento da exploração internacional. Em síntese, o regime de acumulação não se sustentava mais e era necessário substituí-lo (VIANA, 2019, p. 236).

Bernardo, portanto, não consegue compreender a totalidade da crise desse regime de acumulação encarando-a apenas como uma queda na “taxa de produtividade” que tem como “consequência social mais óbvia o declínio da taxa de aumento da capacidade real de consumo particular” (BERNARDO, 1979, p. 145). É fácil perceber sua confusão, pois, no regime de acumulação conjugado existiu um estímulo ao consumo por meio de políticas estatais de aumento de renda (como o sistema de crédito, por exemplo), possibilitando até que Bernardo defina o regime de acumulação conjugado como “sistema de expansão do consumo particular” (BERNARDO, 1979, p. 98). Com a

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[31]

crise desse regime de acumulação, a permanência dessas políticas estatais não poderia mais persistir, dando a aparência de que o declínio do consumo particular fosse o que desestabilizaria este regime de acumulação.

Contudo, a diminuição da “taxa de aumento da capacidade real de consumo particular” não foi a determinação fundamental para que ocorressem lutas sociais que questionariam o capitalismo e nem foi, igualmente, a queda da “taxa de produtividade” que foi a determinação fundamental para a crise do capitalismo, apesar de isto serem verdades parciais. O regime de acumulação conjugado conseguiu uma estabilidade relativa entre 1950 e 1960, quando inicia seu enfraquecimento. No entanto, essa estabilidade de dez anos se deu principalmente nos países de capitalismo imperialista, uma vez que esta estabilidade era garantida pela transferência de mais-valor dos países de capitalismo subordinado para os países de capitalismo imperialista. Existiram, por conseguinte, lutas autônomas e radicalizadas em alguns países de capitalismo de estado (“socialismo real”), bem como nos países de capitalismo subordinado, exatamente por conta da

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[32]

exploração do proletariado pelo capital oligopolista transnacional.

Ao lado da queda da taxa de lucro médio, ocorreram fenômenos associados e simultâneos, como a guerra do Vietnã, e a luta por independência dos países africanos, que desestabilizaram a transferência de mais-valor dos países de capitalismo subordinado, ou seja, a exploração internacional foi desestabilizada. A queda da taxa de lucro médio, bem como a desestabilização da exploração internacional foram algumas determinações que geraram a crise do regime de acumulação conjugado. Vejamos: para combater a queda da taxa de lucro médio, os capitalistas devem aumentar a exploração visando extrair mais-valor e, por conseguinte, aumentar seus lucros. O investimento em tecnologia aumenta a massa de lucro, no entanto, não aumenta a taxa de lucro médio, uma vez que apenas a força de trabalho incorpora um mais-valor às mercadorias. Por isso, investimentos e inovações tecnológicas não seriam suficientes para combater a queda da taxa de lucro médio. Seria necessário aumentar a exploração.

No entanto, a necessidade de aumentar a exploração,

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[33]

isto é, aumentar a extração de mais-valor pela burguesia sobre o proletariado, fez com que a “estabilidade relativa das lutas de classes” fosse colocada em suspenso. Assim, ocorre a radicalização do movimento operário - através de greves - e de alguns movimentos sociais específicos (tais como o movimento negro nos Estados Unidos e o movimento estudantil na França). A diminuição da “taxa do aumento do consumo particular” não foi, portanto, a determinação fundamental para a existência de lutas sociais na crise do regime de acumulação conjugado. A própria cultura contestadora assume uma importância maior para a radicalização do movimento operário, tal como o exemplo do Maio de 68, pois esta combateria a hegemonia burguesa na totalidade da sociedade, instigando uma maior radicalização do movimento operário.

O Maio de 68 foi o grande momento da crise do regime de acumulação conjugado, pois houve uma rebelião estudantil com hegemonia de sua tendência revolucionária e, ao mesmo tempo, um grande movimento grevista que gerou uma pré-revolução proletária. [...] A crítica totalizante, inspirada na cultura contestadora da época, realizada pelo movimento estudantil francês, foi um dos elementos que permitiu a aproximação

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[34]

entre os estudantes e operários, a fusão parcial, que, por conseguinte, foi importante para o desencadeamento do movimento grevista e pré-revolução proletária. Nesse contexto, o movimento estudantil (apoiado por alguns poucos grupos revolucionários) exerceu a função do bloco revolucionário (VIANA, 2019, p. 237).

Bernardo coloca a diminuição da “taxa de produtividade” como a determinação fundamental para a crise e o declínio do consumo particular como “a consequência social mais óbvia”. Portanto, ele não compreendeu a historicidade do capitalismo, bem como não compreendeu a dinâmica do modo de produção capitalista, o que possibilitou sua não compreensão da totalidade da crise do regime de acumulação conjugado e sua afirmação equivocada de que o movimento ecológico corresponderia às novas necessidades econômicas do capitalismo, visto que, para ele, este movimento teria como único objetivo estagnar o consumo visando estabilizar as lutas de classes, para, assim, ser possível “reestruturar” o capitalismo.

Todavia, a crise do regime de acumulação conjugado, de um ponto de vista burguês, se solucionaria com um novo regime de acumulação que aumentaria ainda mais a

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[35]

exploração, combatendo a queda da taxa de lucro médio; e o movimento ecológico, mesmo da forma como foi definido por Bernardo, não corresponderia a essas novas necessidades, apesar do Clube de Roma, criticada por ele, expressar realmente alguns dos interesses dos capitalistas nesta crise do regime de acumulação a partir de um combate das ideias contestadoras.

O que se deve perceber e o que gostaríamos de salientar, no entanto, é que a questão ambiental não é uma questão ilusória, e o movimento ecológico é uma totalidade, e que em seu interior existem diversas formas de enxergar a degradação ambiental, bem como diversas finalidades que se colocam como resolução da mesma. Algumas concepções podem ser realmente ilusórias, porém, existe a possibilidade de haver concepções que não são. Um bom ponto de partida seria criticar as concepções ilusórias que abordam a questão ambiental, mas negá-la é um equívoco¹⁰.

¹⁰ Já existem produções intelectuais importantes que apontam para isso. Por exemplo, a relação entre ser humano e natureza foi foco de Marx (1962) e Korsch (2015). A relação entre Capitalismo e Meio Ambiente foi foco de Nildo Viana (2016b) e Mattick (2020). Já o movimento ecológico foi foco de Leles e Viana (2018), Viana (2020), e Alves

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

Apesar de contribuir com algumas críticas ao “catastrofismo” do Clube de Roma, a concepção de Bernardo é limitada. Isso se deve a um conjunto de determinações formais. Quais foram estas determinações? João Bernardo é, antes de tudo, um ser consciente que se insere em relações sociais específicas. E como “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 20), a concepção dele está intimamente relacionada com sua posição – e em como ele enxerga sua posição – no conjunto das relações sociais. Sua obra é produzida durante a crise do regime de acumulação conjugado. Este regime de acumulação, além de se caracterizar pelo fordismo, estado integracionista e pela expansão do capital oligopolista transnacional, também possui produções intelectuais que correspondem a ele.

Cada regime de acumulação possui um paradigma hegemônico que o legitima e o justifica. Podemos definir paradigma como “um modo de pensar gerado por uma

(2020). Uma crítica a uma concepção ilusória, o ecossocialismo de Michael Löwy, pode ser vista em Alves (2021) e em Freed (2022).

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[37]

episteme que assume uma forma particular que recombina elementos dela e que ganha um certo reconhecimento coletivo e uma capacidade intelectual de generalização” (VIANA, 2018a, p. 73). A episteme da qual derivam os paradigmas hegemônicos no interior de um regime de acumulação é a episteme burguesa. Portanto, os paradigmas são apenas manifestações concretas da episteme burguesa, do modo de pensar burguês.

Uma vez que a historicidade do capitalismo é marcada pela sucessão dos regimes de acumulação, conservando sua essência que é a extração de mais-valor; a história do pensamento hegemônico burguês é a sucessão de paradigmas que correspondem com estes regimes de acumulação, conservando a base desse pensamento que é a episteme burguesa. A episteme é um modo de pensar que se fundamenta em determinada mentalidade. É um modo de constituição do pensamento, que gera um campo linguístico, um campo axiomático, um campo analítico e um campo perceptivo. A episteme burguesa se caracteriza fundamentalmente por ser anistórica, antinômica e reducionista (VIANA, 2018). Já os paradigmas

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[38]

hegemônicos são manifestações concretas da episteme burguesa que correspondem com os regimes de acumulação, gerando campos linguísticos, axiomáticos e analíticos paradigmáticos, que dão penteados novos para a mesma episteme burguesa.

No caso de João Bernardo, que escreveu sua obra durante a crise do regime de acumulação conjugado (1979), percebemos algumas determinações formais geradas pelo paradigma hegemônico deste regime de acumulação — o paradigma reprodutivista — sobre sua concepção. Este paradigma pode ser definido como

um paradigma voltado para a naturalização da reprodução através de uma concepção holista e objetivista, revalorando a ciência e a razão instrumental, bem como atendendo à necessidade de integração social, especialmente do proletariado, e recusando a história (VIANA, 2019, p. 230).

Em primeiro lugar, o mais perceptível é, à primeira vista, as determinações do campo linguístico do paradigma reprodutivista, onde se utiliza termos como “estrutura”, “modelo”, “quadro”, “relação estrutural”, “sistema”, “sociedade industrial”, dentre outros. Estes falsos conceitos acabam limitando a percepção e análise de Bernardo. A

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[39]

título de exemplo, vejamos mais de perto o termo “sociedade industrial”: este termo acaba ocultando a essência da sociedade capitalista que é a extração de mais-valor que resulta na acumulação de capital e acaba valorando a indústria (e a tecnologia), que é uma das consequências da dinâmica do capitalismo. Este termo, portanto, oculta partes essenciais da realidade e, ao mesmo tempo, valoriza elementos não fundamentais da sociedade capitalista¹¹.

Do campo analítico do paradigma reprodutivista, pode-se perceber nitidamente determinações do mesmo na análise de Bernardo sobre a relação do ser humano com a natureza, pois ele utiliza um modelo holista (“equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio”) para expressá-la e, posteriormente, acaba recorrendo ao “empírico” para fundamentá-lo através de diversos exemplos, tais como cursos de rios alterados, seleção de frutos para alimentação, poluição etc. Apesar de realmente estes exemplos

¹¹ Uma crítica mais aprofundada pode ser vista em “Sistema Capitalista e Subjetividade: Os Paradigmas Hegemônicos e o Campo Linguístico Marxista” (VIANA, 2021).

mostrarem a modificação da natureza pelo ser humano, acaba desprezando a possibilidade de existir uma relação degradante com a natureza (como é o caso do modo de produção capitalista, por exemplo), bem como acaba também ignorando a natureza não modificada pelos seres humanos, reduzindo-a.

Deste modo, pode-se perceber que este modelo utilizado por Bernardo nada mais é que a “reprodução da natureza”, já que sempre haverá um equilíbrio da mesma, o que acaba recusando a historicidade dela e das diversas formas de relação ser humano-natureza que existiu, bem como a reduzindo (como se ela só existisse em contato com o ser humano), o que corresponde com o paradigma reprodutivista e, por conseguinte, com a episteme burguesa (reducionismo). Isto impossibilitou sua percepção acerca da degradação ambiental decorrente da dinâmica do modo de produção capitalista e em como isso gera dificuldades para os seres humanos.

Por fim, e o mais problemático, são as determinações geradas pelo campo axiomático reprodutivista — Bernardo valora a ciência e a tecnologia, uma vez que ele atribui uma

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[41]

importância para elas. No caso da ciência, sua valoração pode ser observada mais explicitamente, por exemplo, quando Bernardo critica o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia para defender que a ciência conseguiria combater a degradação ambiental gerada pelo capitalismo:

[..] Não é por acaso que nesta hostilidade àquilo que o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia classificou como “ciência normal” e “ciência convencional”, um historiador encontra uma grande semelhança com os argumentos que levaram os seguidores de Hitler a defender a Física Ariana ou os seguidores de Stalin a defender a genética de Lyssenko. É certo que todas as noções, científicas ou outras, refletem a época em que surgiram e o meio social que as originou, mas é um atroz simplismo pensar que assim se possa negar a validade de tudo com que não se esteja de acordo. *A ciência fundamenta-se em experiências laboratoriais e numa eficácia prática que serve de confirmação às suas descobertas, e a alteração de paradigmas não invalida estas descobertas. Quando se passa de um modelo explicativo para outro os resultados científicos obtidos no modelo anterior não perdem a validade, mas são inseridos na nova estrutura, onde eventualmente são interpretados noutra perspectiva e podem suscitar novos desenvolvimentos.* É assim que, pelo menos desde

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[42]

Galileu, se têm processado os avanços na ciência. Mas a agroecologia coloca-se fora de qualquer debate científico ao considerar globalmente suspeitos os cientistas que se lhe opõem, precisamente pelo facto de se lhe oporem. Se “como e com quem” forem formuladas as “perguntas de pesquisa” pertencer a uma “visão de mundo” que não seja do agrado dos agroecologistas, eles rejeitam as perguntas, ou seja, fogem às questões inconvenientes. É a legitimação do charlatanismo. [...] Mas os ecológicos veem com muito maus olhos a aplicação da química à agricultura e bradam contra aquilo a que chamam agrotóxicos e venenos. Parecem ignorar que os mesmos laboratórios científicos que criaram as substâncias químicas da agricultura industrializada observam os seus efeitos nos seres vivos e no ambiente e continuamente as modificam ou criam outras novas, mais eficazes, que eliminam ou reduzem os efeitos nocivos. E isto ocorre não contra o capitalismo nem fora do capitalismo, mas dentro do âmbito da R&D financiada ou orientada pelo capital. *É curioso que o fato de o próprio capitalismo detectar o carácter nocivo de muitos produtos, proibir ou restringir a sua utilização e os remodelar não leva os ecológicos a concluir que o capitalismo dispõe de alguns mecanismos autorreguladores eficazes. Com o progresso da ciência vai-se descobrindo que são tóxicas coisas que antes se julgava que não eram* (BERNARDO, 2012, grifos nossos).

Os “laboratórios científicos”, autonomizados dos

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[43]

interesses de classe e das lutas de classes, parecem poder combater os “efeitos nocivos” das “substâncias químicas” que eles mesmos criaram. No entanto, o que queremos evidenciar é a valoração de Bernardo quando este aponta que a ciência possui uma “eficácia prática que serve de confirmação às suas descobertas” e que “com o progresso da ciência vai-se descobrindo que são tóxicas coisas que antes se julgava que não eram”. Não necessariamente, entretanto, o “progresso da ciência” é também sinônimo de reparação do que é nocivo para o meio ambiente e seres humanos. Os cientistas, como qualquer ser humano na sociedade capitalista, possuem interesses de classe. A validade ou não de uma ideia deve ser verificada concretamente, sendo insuficiente apenas o atestado de “descoberta” através de “experiências laboratoriais”. A “eficácia prática” não é sinônimo de comprovação. A ciência é desenvolvida, no final, de acordo com os interesses da acumulação de capital e das lutas de classes. Quando a nocividade de uma nova “descoberta científica” não contradiz os interesses dos capitalistas e não há uma pressão social para sua reparação, esta não é eliminada ou

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[44]

reduzida. Com a valoração da ciência e da tecnologia, vem a desvalorização dos seres humanos, reais e ativos.

[...] Assim, esses valores que circulam amplamente no conjunto da sociedade, coincidem com o campo axiomático do paradigma reprodutivista. Esse campo axiomático aponta para a supervalorização da ciência, da técnica e dos resultados. A ciência é idolatrada, bem como a técnica e a tecnologia. E, por detrás de suas ideologias, ocorre a desvalorização do indivíduo (VIANA, 2019, p. 220).

Viana (2019) corrobora com nossa visão e aponta que Bernardo é influenciado especificamente pelo estruturalismo, uma ideologia determinada pelo paradigma reprodutivista:

A principal ambiguidade do autonomismo português de João Bernardo se encontra em sua influência do estruturalismo. Isso gera outros problemas como a antinomia entre “estrutura” e “sujeito”, pois o método estrutural é anistórico e o autonomismo de João Bernardo aponta para a autogestão e esse abandono do método dialético gera, também, a recusa da organização revolucionária e outros elementos problemáticos. Contudo, João Bernardo apresenta uma contribuição interessante através de análises críticas. Isso esbarra em outro problema desse pensador que é a ideia de “superar Marx”, bem como a tese de uma

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[45]

“classe dos gestores” e outras concepções derivadas. A sua obra mais importante é *Para Uma Teoria do Modo de Produção Capitalista* (Bernardo, 1975), produzida no bojo da Revolução Portuguesa e por isso contendo maior radicalidade, apesar de já ter certas ambiguidades e críticas equivocadas a Marx, e a influência estruturalista é mais clara em sua obra *Dialética da Prática e da Ideologia* (VIANA, 2019, p. 275).

Portanto, a ambiguidade de João Bernardo reside num marxismo influenciado pelo paradigma reprodutivista (mais especificamente, a ideologia estruturalista), enxergando as lutas de classes, o modo de produção capitalista, bem como sua historicidade de forma limitada, sendo estas, portanto, as condições formais que possibilitaram sua concepção de movimento ecológico.

Reflexões sobre Movimento Ecológico e Lutas de Classes

Diante de tudo que foi evidenciado, pode-se perceber que a concepção de Bernardo acerca do movimento ecológico é ilusória, se encaixando nos limites da episteme burguesa. Neste tópico exporemos sinteticamente a concepção marxista de movimento ecológico que difere

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[46]

radicalmente da concepção do mesmo, bem como realizaremos alguns apontamentos sobre sua relação com as lutas de classes.

A concepção marxista de movimento ecológico tem como base a teoria dos movimentos sociais. Concebemos o movimento ecológico como uma manifestação concreta de um movimento social. Os movimentos sociais são

mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos. Os movimentos sociais podem gerar ramificações, tais como doutrinas, ideologias, teorias, representações, organizações informais ou formais, tendências etc. Essas ramificações não se confundem com eles, são partes e não o todo e que podem deixar de ser, como uma organização que se autonomiza e passa a ter interesses próprios ou uma concepção de um autor que ganha um desenvolvimento que rompe com o seu vínculo com o movimento social (VIANA, 2016a, p. 43).

Este conceito de movimento social é adequado, pois expressa este fenômeno em sua totalidade, sem reducionismos (como por exemplo, encará-lo apenas como um discurso ou uma tendência única) e sem abarcar outros

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[47]

fenômenos (como as classes sociais). Percebe-se, portanto, que os movimentos sociais não são movimentos de classes, como quer Bernardo, pois eles são baseados em grupos sociais e os movimentos de classe, por sua vez, são baseados em classes sociais constituídas a partir da divisão social do trabalho.

O grupo social que é base do movimento ecológico é o grupo dos ecologistas. A unidade deste grupo dá-se através da defesa do meio ambiente. Diferentemente das mulheres ou negros que nascem pertencendo a um grupo social; ou, ao contrário dos estudantes e jovens que são constrangidos a se inserirem em relações sociais específicas que os integram a um grupo social, os ecologistas escolhem fazer parte deste grupo em decorrência de afinidades políticas, sociais, culturais etc, e, por isso, é um grupo cultural.

A existência de indivíduos que defendem o meio ambiente não gera espontaneamente o movimento ecológico — são necessárias outras determinações, tal como o senso de pertencimento, objetivos e mobilização. O senso de pertencimento é outro elemento que possibilita a

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[48]

geração do movimento ecológico, pois alguns indivíduos do grupo ecológico devem perceber que, além da insatisfação frente a degradação ambiental ser coletiva, deve ser resolvida por meios coletivos. Outro elemento fundamental são os objetivos. Os objetivos são finalidades que buscam resolver a insatisfação frente a degradação ambiental e podem ser diversos.

Os objetivos, para exemplificar sua diversidade, podem se entrelaçar com um projeto de sociedade radicalmente nova, como no caso da tendência revolucionária do movimento ecológico; bem como pode, por outro lado, buscar resolver a insatisfação do grupo por meio de reformas da sociedade capitalista, tais como produção de uma nova legislação, no caso da tendência reformista; e, ainda, resolver sua insatisfação por meio de objetivos retrógrados, como por exemplo, controle de natalidade das classes inferiores (ALVES, 2020, p. 13).

Então, apontados os elementos fundamentais que constituem o movimento ecológico, podemos finalmente defini-lo, mesmo que ainda de forma provisória:

O movimento ecológico é a mobilização (ação coletiva ou compartilhada) do grupo ecológico (cuja unidade se dá através da defesa do meio ambiente), que produz

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[49]

senso de pertencimento e objetivos gerados pela insatisfação derivada da destruição ambiental (ALVES, 2020, p. 14).

Portanto, o movimento ecológico não é homogêneo como quer Bernardo, mas, pelo contrário, é um conjunto de ramificações que são também determinadas pela dinâmica das lutas de classes e, por isso, pode abarcar diversas tendências políticas. João Bernardo, por conta de seus limites já mostrados, apenas conseguiu perceber discursos de organizações burocráticas, como o Clube de Roma — que não faz parte do movimento ecológico, uma vez que não compartilham o interesse grupal dos ecologistas e, sim, são movidos por seus interesses oriundos da classe burocrática.

A base do movimento ecológico é o grupo dos ecologistas. Este grupo é, por sua vez, policlassista, porque aqueles que se inserem neste grupo pertencem a diferentes classes sociais. Isto o diferencia de outros movimentos sociais específicos que possuem, em sua base, um grupo social monoclássista. No interior do movimento ecológico pode haver indivíduos de diversas classes sociais. Isto não impede, no entanto, de algumas ramificações serem

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[50]

monoclassistas. Contudo, a composição de classe do movimento ecológico não aponta diretamente para a hegemonia em seu interior. A hegemonia expressa uma “determinada vigência cultural” (VIANA, 2016, p. 56), isto é, quais valores, concepções, representações são vigentes no interior do movimento ecológico em sua totalidade. Podemos diferenciar a hegemonia global e a hegemonia parcial (VIANA, 2018a). A hegemonia global é a vigência cultural mais influente na totalidade do movimento ecológico, sendo esta a hegemonia burguesa em tempos de estabilidade das lutas de classes. Já a hegemonia parcial é a vigência cultural presente em algumas ramificações concretas, mas que são marginalizadas de um ponto de vista da totalidade do movimento ecológico, podendo ser a hegemonia burocrática ou a hegemonia proletária.

Uma ramificação cuja composição social é das classes inferiores, a tendência é que a hegemonia burguesa se manifeste de forma mais contraditória. E, ao contrário, quando uma ramificação é composta socialmente pelas classes superiores, a tendência é que a hegemonia burguesa ou burocrática se manifeste com mais força (como é o caso

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[51]

da Rede Brasil de Ecosocialistas). Todavia, isto são apenas tendências que podem ou não se concretizar e isto depende de cada caso concreto. A composição social não é a determinação fundamental da hegemonia num movimento social, mas é uma indicação. De forma mais abstrata, podemos compreender a hegemonia global no interior do movimento ecológico a partir de suas particularidades e a relação dessas particularidades com as lutas de classes.

A unidade do grupo ecológico é dada pela defesa do meio ambiente, e a insatisfação social surge com uma situação social específica que é a degradação ambiental, gerando senso de pertencimento, objetivos e mobilização. Alguns setores do movimento ecológico podem tentar defender o meio ambiente através da reivindicação de novas leis que regulam e/ou protegem parte da natureza, tais como parques ambientais, uso de energias renováveis, controle de matérias-primas que podem ou não serem usadas na fabricação de novas mercadorias etc. Já outros setores, de hegemonia proletária, podem exigir a abolição das relações de produção capitalistas, pois estas que gerariam a degradação ambiental.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[52]

O movimento ecológico, portanto, não é homogêneo, existem diversas tendências em seu interior. Todavia, a hegemonia, isto é, a vigência cultural global no interior do movimento ecológico é a burguesa e, em decorrência disso, as reformas no interior do capitalismo são o principal meio para tentar resolver a insatisfação gerada pela degradação ambiental. O movimento ecológico é hegemonicamente reformista e ele pode ser explicado fundamentalmente através da reivindicação endereçada ao Estado:

A reivindicação é a força propulsora dos movimentos sociais reformistas, pois eles buscam reformas sociais, mudanças legislativas, atendimentos de demandas sociais, alterações na cultura ou determinadas relações sociais, etc. Esses movimentos sociais buscam satisfazer reivindicações oriundas dos grupos sociais que estão em sua base. As condições de vida desfavoráveis, determinadas relações raciais e relações sociais entre os sexos, processos sociais destrutivos (guerra, destruição ambiental, etc.), ou seja, certas situações sociais específicas e insatisfações derivadas delas são as determinações que geram as reivindicações desses movimentos (VIANA, 2016, p. 69).

Cabe aqui reforçarmos que o movimento ecológico não é homogêneo, e em seu interior existem tendências que são a conservadora, reformista e revolucionária, sendo que

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[53]

a tendência reformista é atualmente hegemônica e, por este motivo, é um movimento social hegemonicamente reformista. Bernardo se equivoca, em primeiro lugar, ao negar a degradação ambiental; e, em segundo lugar, ao enxergar o movimento ecológico como um movimento homogêneo, que apenas visa satisfazer as supostas novas necessidades econômicas do capitalismo.

Nos limitaremos apenas em apontar que o movimento ecológico, apesar de ser um movimento social hegemonicamente reformista, possui tendências em seu interior, e estas tendências são justamente produto das determinações geradas pelas lutas de classes. É necessário aprofundar os elementos aqui apresentados. Alguns autores se esforçaram para conseguir compreender as tendências políticas no interior do movimento ecológico, como Viola (1987), Alier (2011), Castells (2018) e Hughes (apud ROCHA, 2006). Viola (1987) apresenta a existência de quatro posições políticas no interior do movimento ecológico: a ecologista fundamentalista, a ecologista realista, a ecossocialista e a ecocapitalista. Já Alier (2007) apresenta três correntes do movimento ecológico: culto a

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[54]

vida silvestre, evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. Castells (2018) afirma a existência de cinco tendências: preservacionismo, defesa do próprio espaço, ecologia profunda, “salvem o planeta” e política verde. Já Hughes (apud ROCHA, 2006) defende a existência de onze tendências políticas: ecocapitalismo, conservacionismo, ambientalismo, ecopopulismo, “verdes”, ecologia profunda, ecomarxismo, ecofeminismo, ecologia cultural, ecologia social, ecossocialismo. No entanto, todos estes autores apresentam diversos problemas teóricos-metodológicos e, por isso, seria necessário analisar criticamente a obra dos mesmos visando contribuir para expressar a relação entre movimento ecológico e lutas de classes. No entanto, nosso objetivo no presente artigo foi atingido, pois pode-se perceber a falta de homogeneidade do movimento ecológico e a necessidade de relacioná-lo com as lutas de classes.

Considerações Finais

Neste artigo, refletimos criticamente sobre a concepção de João Bernardo acerca do movimento

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[55]

ecológico, tentando demonstrar alguns de seus limites. Limites estes que foram impostos pela episteme burguesa, manifestada pelo paradigma reprodutivista, proporcionando lentes adulteradas aos óculos usados por Bernardo em sua leitura de Marx. Julgamos que nossas reflexões contribuem para o avanço da compreensão do movimento ecológico, bem como é um pequeno passo rumo a relacionar este fenômeno concreto com as lutas de classes, visto que agora se percebe que o mesmo não é homogêneo.

A questão ambiental não é uma falsa questão. Na verdade, a questão ambiental é um dos diversos dilemas que o ser humano enfrenta na sociedade capitalista e, portanto, deve ser resolvida a partir da transformação radical das relações sociais, já que uma sociedade baseada na exploração de uma classe sobre a outra e na desumanização do ser humano através de sua alienação é impossibilitada de abolir a degradação ambiental, uma vez que apenas satisfaz as necessidades da acumulação de capital e não as necessidades autênticas do ser humano.

O movimento ecológico é, hoje, hegemônico pela tendência reformista que busca resolver a questão

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[56]

ambiental dentro dos limites da sociedade capitalista, sendo incapaz de a resolver. No máximo, contribuem para desacelerar a degradação ambiental. É necessário criticar todas as concepções que abordam a questão ambiental de forma ilusória, pois estas garantem, também, a conservação do capitalismo.

Referências

ALIER, Joan Martinez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2011.

ALVES, Mateus. Para um Conceito de Movimento Ecológico. In: Anais do Seminário do Nemos: Movimentos Sociais e Sociedade Moderna. Goiânia(GO):UFG, 2020. Disponível em: www.even3.com.br/anais/movsoc2020/311285-PARA-UM-CONCEITO-DE-MOVIMENTO-ECOLOGICO.

ALVES, Mateus. As Aventuras do Ecosocialista Löwy contra Karl Marx. *Revista Enfrentamento*, ano 16, n. 27, 2021.

BERNARDO, João. *O inimigo oculto* – ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

BERNARDO, João. O Proletariado como Produtor e como Produto. *Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 3, 1985.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[57]

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERNARDO, João. Socialismo da Abundância, Socialismo da Miséria. *Passa Palavra*, 2011. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/03/37649/>.

BERNARDO, João. Ecologia, a fraude do nosso tempo. *Passa Palavra*, 2012. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/03/53719/>.

BERNARDO, João. Post-scriptum: contra a ecologia. 1) a raiz de um debate. *Passa Palavra*, 2013. Disponível em: <https://passapalavra.info/2013/08/82958/>.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Terceira versão, revista e aumentada, 2018.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOLADORI, Guillermo. O Metabolismo com a natureza – marxismo e ecologia. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, v.1, n. 12, 2001, p. 105-117.

FREED, Prometheus. *Decrescimento ecossocialista ou*

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[58]

abundância burocrática? 2022. Disponível em:
<https://passapalavra.info/2022/06/144658/>.

OURIQUES, Helton Ricardo. A Questão Ecológica no Capitalismo: uma crítica marxista. *Motrivivência*, ano XVI, nº 22, p. 19-38, jun. 2004.

LELES, Matheus de; VIANA, Nildo. Movimento Ecológico, Institucionalização e Discurso do Partido Verde. *Revista Movimentos Sociais*, Vol. 3, num. 5, 2018.

LÖWY, Michel. *O que é Ecosocialismo?*. 2º edição. São Paulo: Cortez, 2014.

MATTICK, Paul. *Capitalismo e Ecologia: Do Declínio do Capital ao Declínio do Mundo*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 01, 3º edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3º edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[59]

MARQUES, Edmilson. Capitalismo e a Teoria dos Gestores. *Revista Enfrentamento*, ano 3, nº 4, jan/jun., 2008.

PINTO, João Alberto da Costa. O marxismo heterodoxo de João Bernardo. *Cadernos Cemarx*, v. 2 n. 2, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. *Educação e Burocracia*. São Paulo: Unesp, 2012.

ROCHA, Ronaldo Gazal. Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. *Educar*, n. 27, p. 55-73, 2006.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais: Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas*. Curitiba: Appris, 2018b.

VIANA, Nildo. Capitalismo e Destruição Ambiental. *Ateliê Geográfico*, v. 10, nº 3, 2016b.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês: Episteme Burguesa e Episteme Marxista*. Curitiba: CRV, 2018a.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas,

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[60]

2016a.

VIANA, Nildo. Capitalismo e Ecologia segundo Paul Mattick. In: MATTICK, Paul. *Capitalismo e Ecologia: Do Declínio do Capital ao Declínio do Mundo*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.1 n.3 São Paulo fev. 1987.

Resumo: Os seres humanos, atualmente, enfrentam diversas questões colocadas em sua frente. Uma dessas questões, que está sendo bastante debatida, é a de cunho ambiental. Porém, a forma como se aborda essa questão pode ser ilusória ou, ao contrário, pode buscar resolvê-la de acordo com a realidade concreta, levando em consideração a dinâmica do modo de produção capitalista. João Bernardo possui uma visão particular do que é movimento ecológico e da questão ambiental, e esta visão é o foco analítico do presente trabalho. Nosso objetivo é levantar algumas reflexões críticas sobre sua concepção com base no materialismo histórico-dialético e na teoria dos movimentos sociais. Concluímos que a concepção de João Bernardo é equivocada e deriva da influência do paradigma reprodutivista, uma manifestação concreta da episteme burguesa.

Palavras-Chaves: Movimento Ecológico; João Bernardo; Marxismo.

Movimentos Sociais. Vol. 07, num. 10, 2022.

[61]

Abstract: Human beings currently face several questions posed in front of them. One of these issues, which is being debated, is the destruction of nature. However, the way this issue is approached may be illusory or, on the contrary, it may seek to resolve it through the concrete analysis of reality, taking into account the dynamic of the capitalist's mode of production. João Bernardo has a particular vision of the ecological movement and the environmental issue. His vision is the analytical focus of this paper. Our objective is to raise some critical reflections on its conception based on historical-dialectical materialism and social movements theory. We conclude that João Bernardo's conception is mistaken and derives from the influence of the reproductive paradigm, a concrete manifestation of the bourgeois episteme.

Keywords: Ecological Movement; João Bernardo; Marxism.